

Bolsa de Emprego | Fevereiro de 2017

**Nome:** Catarina Helena Travassos  
**Habilitações Literárias:** Mestrado em Engenharia Alimentar  
**Experiência Profissional:** Assistente de loja; Empregada de mesa

**Nome:** Maria do Céu Rei Cavadas Costa  
**Habilitações Literárias:** 4º ano  
**Experiência Profissional:** Talhante; Tratadora de animais; Emprega de limpeza

**Nome:** Paulo Ferreira  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Contabilidade  
**Experiência Profissional:** Contabilista; Técnico Oficial de Contas

**Nome:** Liliana Lopes Calisto  
**Habilitações Literárias:** Mestrado em Psicologia  
**Experiência Profissional:** Estágios curriculares na CPCJ de Mira, Obra Frei Gil e CASCI – IPSS; Apoio à infância em ATL; Assistente de loja; Empregada de mesa

**Nome:** Sandra Filipa Rocha  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Engenharia Mecânica; Pós-graduação em Sistemas Integrados de Gestão  
**Experiência Profissional:** Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança; Direcção de obra - AVAC

**Nome:** Ruben Manuel Alves Ribeiro  
**Habilitações Literárias:** CET em Gestão de Hotelaria  
**Experiência Profissional:** 1º emprego

**Nome:** João Baptista da Silva Almeida  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Construção civil; Empresa de limpeza de condutas

**Nome:** Catarina Isabel Mano  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Química Industrial e Gestão  
**Experiência Profissional:** Área da Qualidade; Administrativa

**Nome:** Rui Miguel Bandarra Ramos  
**Habilitações Literárias:** 8º ano  
**Experiência Profissional:** Operador de produção; Vidragem; Embalagem; Construção




**Nome:** António Manuel Rodrigues Carvalho  
**Habilitações Literárias:** 9º ano – Torneiro Mecânico  
**Experiência Profissional:** Comerciante; Motorista de pesados; Caves

**Nome:** Helena Catarina Parente Calado  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Economia, Pós-graduação em Recursos Humanos  
**Experiência Profissional:** Gestora de conta; Consultoria em Recursos Humanos, projectos de investimento e formação

**Nota:** Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

**A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:**

Fotocópias | fax | internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



**ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada**

**Sede:**  
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

**Delegação:**  
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Fevereiro de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional Presencial e Online da ACIB para Fevereiro e Março

A ACIB vai promover vários seminários e acções de formação durante os meses de Fevereiro e Março, que irão decorrer tanto na sede da Associação, em Oliveira do Bairro, como na delegação, em Anadia.

Seminários	Data	Local
- O Processamento Salarial - Alterações do Orçamento de Estado 2017	09/02	O. Bairro
- Gestão de Resíduos e preenchimento do MIRR 2016	22/02	Anadia
- Procedimentos administrativo-jurídicos na Gestão de Recursos Humanos	09/03	O. Bairro
<b>Formação Profissional</b>		
- Fecho de Contas 2016   Aspectos Contabilísticos e Fiscais (formação certificada pela OCC, conferindo direito a créditos)	03 e 10/02	O. Bairro
- Confeção de Entradas e Saladas	13/02	Anadia
- Coaching - A Metodologia da Gestão do Desempenho	25/02	O. Bairro
- Formação Pedagógica de Formadores/CCP	27/03	O. Bairro
- Trabalhador Designado	Março	O. Bairro
<b>Formação Profissional Online</b>		
- Como Analisar as Demonstrações Financeiras, para Quadros e Dirigentes	14/02 e 15/03	

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

Carnaval | É feriado ou não?

De acordo com a lei, o dia da Carnaval é um feriado facultativo, porém, grande parte dos contratos coletivos (ou seja, acordos entre sindicatos e patrões de uma determinada área), indicam que este é um feriado obrigatório.

**O que diz a Lei sobre o Carnaval?**  
No Código do Trabalho, na subsecção IX, referente aos feriados, estes estão separados em três artigos: os feriados obrigatórios, os feriados facultativos e o regime de feriados.

Os feriados obrigatórios são: 01 de Janeiro, Sexta-Feira Santa, Domingo de Páscoa, 25 de Abril, 01 de Maio, Corpo de Deus, 10 de Junho, 15 de Agosto, 5 de Outubro, 01 de Novembro, 01, 08 e 25 de Dezembro.

No que diz respeito aos feriados facultativos, apenas são referidos dois: a terça-feira de Carnaval e o feriado municipal de localidade. Quanto a estes, a lei diz que podem ser considerados feriados por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou contrato de trabalho.

Ainda quanto ao regime dos feriados, o Código do Trabalho refere que “o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou o contrato de trabalho não pode estabelecer feriados diferentes dos indicados nos artigos anteriores”.

**Com o que podem contar os trabalhadores?**  
Caso não esteja indicado como feriado obrigatório na convenção colectiva de trabalho, cabe à administração da empresa decidir se dá ou não o dia aos colaboradores.//

## Pagamento de quotas por transferência bancária

Sr. Associado,  
Se efectuar o pagamento de quotas por transferência bancária para o NIB: 0045.3210.4019.2213.0174.3 da CCAM de Oliveira do Bairro, indique ao banco o número da factura a que se refere e comunique à ACIB a data de efectivação da transferência bancária por fax (234 730 321) ou via e-mail (contabilidade@acib.pt) para emitirmos a regularização contabilística da factura liquidada.//

## Concurso para apoiar contratação de desempregados | Candidaturas abertas

AACIB informa que está aberto o concurso para os novos apoios à contratação de desempregados, no âmbito da medida Contrato-Emprego, que substitui o Estimulo-Emprego.

Ao abrigo desta medida, as empresas que contratarem desempregados inscritos há seis meses consecutivos no IEFP vão receber 3.791,88€ por cada contrato sem termo. De acordo com a portaria n.º 34/2017, que regula a medida, o valor do apoio a atribuir pode ainda aumentar se se cumprirem determinados requisitos.

Os 3.791,88€ a atribuir por cada contrato sem termo resultam do cálculo de nove vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), que aumentou este ano para 421,32€, sendo obrigatório manter o contrato sem termo pelo período mínimo de 24 meses.

Podem ainda beneficiar de apoio financeiro, neste caso no valor de 1.263,96€ (três vezes o IAS) as empresas que celebrem

contratos de trabalho a termo certo, de duração igual ou superior a 12 meses, com desempregados em situação mais desfavorecida ou se encontrem inscritos no IEFP há 25 ou mais meses.

Os montantes poderão ser majorados em mais 10% se o desempregado estiver a receber o rendimento social de inserção, tiver deficiência e incapacidade, integrar família monoparental, se o cônjuge também estiver desempregado, tiver sido vítima de violência doméstica ou for refugiado, ex-recluso ou toxicodependente em processo de recuperação. Uma majoração adicional de 10% é ainda possível se o posto de trabalho criado for localizado em território economicamente desfavorecido.

Nos casos dos contratos a termo certo, o Estado concede um "prémio de conversão" caso a empresa integre o trabalhador no quadro, sendo o valor deste apoio o equivalente a duas vezes a retribuição base mensal prevista, até ao limite de cinco

vezes o valor do IAS.

Quando em causa estão contratos de trabalho a tempo parcial, o apoio financeiro a atribuir será reduzido na devida proporção e tendo por base um período normal de trabalho de 40 horas semanais.

O pagamento dos apoios por parte do Estado será efetuado em três prestações: 20% logo no início do contrato, no prazo de 20 dias úteis após a receção do termo de aceitação; 30% no 13.º mês do contrato e os restantes 50% no final dos dois anos.

Em caso de incumprimento por parte da entidade empregadora das obrigações inerentes à atribuição do apoio, haverá lugar à imediata cessação do mesmo e restituição, total ou proporcional, dos montantes já recebidos, sem prejuízo de eventuais responsabilidades criminais.

Ao longo de 2017, serão abertos mais dois períodos de candidaturas.//

## Direito a férias | Vencimento, duração e marcação

Em cada ano civil, o trabalhador tem direito a um período de férias retribuídas, que se vence a 01 de Janeiro (art. 237º n.º1 do Código do Trabalho).

O período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis (podendo ser aumentada por Contratação Colectiva ou por acordo entre empregador e trabalhador), referindo expressamente a lei que, para o efeito, "são úteis os dias da semana de segunda-feira a sexta-feira, com excepção de feriados." (art. 238º, n.º 1 e 2 do Código do Trabalho).

Nas situações em que os trabalhadores praticam um horário rotativo, nos casos em que os dias de descanso do trabalhador coincidam com dias úteis, "são considerados para efeitos do cálculo dos dias de férias, em substituição daqueles, os sábados e domingos que não sejam feriados." (art. 238º, n.º 3 do Código do Trabalho).

Por sua vez, as férias reportam-se, em regra, ao trabalho prestado no ano civil anterior ao do respectivo vencimento (art. 237º, n.º 2 do Código do Trabalho), devendo ser gozadas no ano civil em que se vencem, sem prejuízo de o poderem ser até 30 de Abril do ano civil seguinte, mesmo que em cumulação com as férias vencidas no início deste, o que depende de acordo entre empregador e trabalhador ou quando o trabalhador pretenda gozar férias com familiar residente no estrangeiro (art. 240º, n.º 1 e 2 do Código do Trabalho).

Teoricamente, o direito a férias adquire-se automaticamente com a celebração do contrato, muito embora o Código do Trabalho seja omissivo quanto a esse ponto. No entanto, a lei já é clara quanto ao momento em que o trabalhador adquire o direito ao gozo de férias, determinando expressamente que no ano da admissão, o trabalhador, uma vez decorridos seis meses completos de execução do contrato, adquire o direito ao gozo de 2 dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até ao limite de 20 dias (art. 239º, n.º 1 do Código do Trabalho).

Este regime visa impedir a consagração imediata do vencimento do direito a férias por mero efeito da celebração do contrato, impondo a lei um período de "garantia" que corresponde a seis meses completos de execução do contrato. Contudo, no caso de a duração do contrato de trabalho ser inferior a seis meses, o trabalhador tem direito a 2 dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato, referido ainda a lei que para esse efeito são contados todos os dias seguidos ou interpolados de prestação de trabalho, devendo as férias ser gozadas imediatamente antes da cessação do contrato, salvo acordo em contrário entre empregador e trabalhador (art. 239º, n.º 4 e 5 do Código do Trabalho).

### Em caso de cessação do contrato quais os direitos em relação a férias?

Ocorrendo a cessação do contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição de férias e respectivo subsídio respeitantes a férias vencidas e não gozadas, bem como, aos proporcionais referentes ao tempo de serviço prestado no ano da cessação (art. 245º, n.º 1, als. a) e b) do Código do Trabalho).

Porém, caso a cessação do contrato de trabalho ocorra no ano civil subsequente ao da admissão ou cuja duração não seja superior a 12 meses, o total das férias ou da correspondente retribuição a que o trabalhador tem direito "não pode exceder o proporcional ao período anual de férias tendo em conta a duração do contrato." (art. 245º, n.º 3 do Código do Trabalho).

Assim, caso o contrato de trabalho tenha, por exemplo, início em Agosto e cesse em Agosto do ano civil seguinte, o trabalhador terá unicamente direito a 22 dias úteis de férias e respectivo subsídio.

### Marcação de férias

No que toca a marcação de férias, isso deve acontecer através de acordo entre empregador e trabalhador. Mas o trabalhador deve gozar, no mínimo, 10 dias úteis de férias consecutivos.

A violação do direito a férias constitui uma contraordenação grave, diz o Código de Trabalho. Além disso, o trabalhador tem direito a compensação no valor do triplo da retribuição correspondente ao período em falta, que deve ser gozado até 30 de abril do ano civil subsequente.//

## IRS / IRC / Imposto de Selo | Alteração de procedimentos relativamente a retenções na fonte

A AT- Autoridade Tributária e Aduaneira emitiu o Ofício Circulado n.º 90024, com a alteração de procedimentos relativamente a retenções na fonte de IRS, pagamentos de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto de Selo, procedendo a divulgação de novos códigos relativos aos rendimentos sujeitos a retenção e actos sujeitos ao Imposto do Selo.

A obrigatoriedade de utilização dos referidos códigos é devida a partir de 01 de Janeiro de 2017.//